

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima Quinta Sessão Ordinária

24 – 30 de Junho 2009

Sirte, Líbia

EX.CL/533 (XV)

**RELATÓRIO SOBRE A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO
AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVO**

RELATÓRIO SOBRE A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

I. INTRODUÇÃO

1. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (doravante designada como “a CADHP”) está estabelecida dentro da União Africana, nos termos do Artigo 30º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (doravante designada como “a Carta”). A Carta foi adoptada pela 28ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Nairobi, Quênia, em Junho de 1981. A Carta entrou em vigor a 21 de Outubro de 1986 após a sua ratificação por uma maioria simples dos Estados Membros da Organização.

2. O principal mandato da CADHP é o de promover e proteger os direitos humanos e dos povos no Continente.

II. COMPOSIÇÃO

3. A CADHP é composta por onze (11) membros, que desempenham as suas funções a título pessoal. Os primeiros membros foram eleitos em Julho de 1987.

4. Nos termos do Artigo 32º da Carta, a Comissão não deve incluir na lista final para eleição mais do que um (1) nacional do mesmo país.

III. REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

5. Os requisitos para a adesão à CADHP estão estabelecidos no Artigo 31º e 33º da Carta, que exige que os membros da CADHP sejam:

a) **“de alta reputação, elevada moralidade, integridade, imparcialidade e competência em matéria de direitos humanos e dos povos e tenham experiência na área jurídica.**

b) **Nacionais de Estados-Parte à Carta.”**

IV. MANDATO

6. Em conformidade com o disposto no Artigo 36º da Carta, os membros da CADHP são eleitos por um período de seis anos e são elegíveis para reeleição. Contudo, o mandato de quatro dos membros que foram eleitos na primeira eleição de 1987 terminou após dois anos, e o mandato de outros três no fim de quatro anos.

V. NOMEAÇÕES E ELEIÇÕES

7. A Carta entrou em vigor em 1986 e a primeira eleição para a CADHP teve lugar em 1987. Após as eleições em Maputo, Moçambique, em Julho de 2003, a CADHP passou a ser composta como se segue:

	NOME	PAÍS	MANDATO
1.	E.V.O. Dankwa	GANÁ	6 anos a partir de Julho de 1999
2.	Andrew Chigovera	ZIMBABWE	6 " " " 1999
3.	Vera Mlangazuwa Chirwa	MALAWI	6 " " " 1999
4.	Jainaba Johm	GÂMBIA	6 " " " 1999
5.	Yasin Sed Ahmed El Hassan	SUDÃO	6 anos a partir de Julho de 2001
6.	Angela Melo	MOÇAMBIQUE	6 " " " 2001
7.	Mohamed Kamel Rezzag-Bara	ARGÉLIA	6 " " " 2001
8.	Salamata Sawadogo née Tabsoba	BURKINA FASO	6 " " " 2001
9.	Sanji Monageng	BOTSWANA	6 anos a partir de Julho de 2003
10.	Mohamed Abdellahi Ould Babana	MAURITÂNIA	" " " 2003
11.	Bahame Tom Mukirya Nyanduga	TANZÂNIA	" " " 2003

8. O mandato dos seguintes membros eleitos em 1999 expirou em 2005 e, por conseguinte, foram realizadas eleições em 2003:

- i) Comissária Janaiba JOHM (Gâmbia);
- ii) Comissário Victor Oware DANKWA (Gana);
- iii) Comissário Andrew Ranganayi CHIGOVERA (Zimbabwe);
- iv) Comissária Vera Mlanguzuwa CHIRWA (Malawi).

Estes membros estavam elegíveis para reeleição.

9. Os seguintes membros foram eleitos em Julho de 2005, em Sirte, Líbia:

Nº	NOME	PAÍS	MANDATO
1.	Sra. Reine ALAPINI-GANSOU	BENIN	6 anos a partir de Julho de 2005
2.	Sr. Musa Ngary BITAYE	GÂMBIA	6 " " " 2005
3.	Adv. Faith Pansy TLAKULA	ÁFRICA DO SUL	6 " " " 2005
4.	Sr. Mumba MALILA	ZÂMBIA	6 " " " 2005

10. A composição da CADHP em Julho de 2005 passou a ser a seguinte:

Nº	NOME	PAÍS	MANDATO
1.	Yasin Sed Ahmed El Hassan	SUDÃO	6 anos a partir de Julho de 2001
2.	Angela Melo	MOÇAMBIQUE	6 " " " 2001
3.	Mohamed Kamel Rezzag-Bara	ARGÉLIA	6 " " " 2001
4.	Salamata Sawadogo née Tabsoba	BURKINA FASO	6 " " " 2001
5.	Sanji Monageng	BOTSWANA	6 anos a partir de Julho de 2003
6.	Mohamed Abdellahi Ould Babana	MAURITÂNIA	6 " " " 2003
7.	Bahame Tom Mukirya Nyanduga	TANZÂNIA	6 " " " 2003
8.	Sra. Reine ALAPINI-GANSOU	BENIM	6 anos a partir de Julho de 2005
9.	Sr. Musa Ngary BITAYE	GÂMBIA	6 " " " 2005
10.	Adv. Faith Pansy TLAKULA	ÁFRICA DO SUL	6 " " " 2005
11.	Sr. Mumba MALILA	ZÂMBIA	6 " " " 2005

11. O mandato dos quatro (4) membros eleitos em Julho de 2001 expirou em Julho de 2007. Estes são os seguintes: Sr. Yasin Sed Ahmed El Hassan, Sra. Angela Melo, Sr. Kamel Rezzag-Bara, e Sr. Salamata Sawadogo née Tabsoba. Além disso, em conformidade com as disposições pertinentes da Carta Africana, os membros da CADHP decidiram por unanimidade declarar vago o assento de um membro e informaram o Presidente da Comissão conformemente. Estes membros estavam, contudo, elegíveis para reeleição.

12. Consequentemente, nas eleições de Julho de 2007, os seguintes cinco (5) candidatos foram eleitos:

- | | |
|--------------------------------------|---------------------|
| i) Mme Catherine Dupe Atoki | (mandato de 6 anos) |
| ii) Mme Soyata Maiga | (mandato de 6 anos) |
| iii) Sra. Angela Melo | (mandato de 6 anos) |
| iv) M. Yeung Kam John Yeung Sik Yuen | (mandato de 6 anos) |
| v) Mme Zainabu Sylvie Kayitesi | (mandato de 2 anos) |

13. A composição da CADHP em Julho de 2007 passou a ser a seguinte:

NO	NOME	PAÍS	MANDATO
1.	Sanji MONAGENG	BOTSWANA	6 anos a partir de Julho de 2003
2.	Bahame Tom Mukirya NYANDUGA	TANZÂNIA	6 " " " 2003
3.	Sra. Zainabu Sylvie KAYITESI	RUANDA	2 anos a partir de Julho de 2007
4.	Sra. Reine ALAPINI-GANSOU	BENIM	6 anos a partir de Julho de 2005
5.	Sr. Musa Ngary BITAYE	GÂMBIA	6 " " " 2005
6.	Adv. Faith Pansy TLAKULA	ÁFRICA DO SUL	6 " " " 2005
7.	Sr. Mumba MALILA	ZÂMBIA	6 " " " 2005
8.	Sra. Catherine Dupe ATOKI	NIGÉRIA	6 anos a partir de Julho de 2007
9.	Sra. Soyata MAIGA	MALI	6 " " " 2007
10.	Dra. Angela MELO	MOÇAMBIQUE	6 " " " 2007
11.	Sr. Yeung Kam John YEUNG SIK YUEN	MAURÍCIAS	6 " " " 2007

VI. ELEIÇÕES DE JULHO DE 2009

14. Em conformidade com o disposto no Artigo 35º da Carta, a Comissão, vide Nota Verbal No. BC/OLC/66/1437.09.Vol.VII, datada de 27 de Março de 2009, informou os Estados Membros de que três (3) vagas iriam surgir na composição da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e que as eleições teriam lugar durante a 15ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, agendada para Julho de 2009. A Comissão convidou, portanto, os Estados-Parte a apresentar candidaturas até 15 de Maio de 2009 ou antes de modo a facilitar o processamento e circulação aos Estados Membros. Importa referir que este é o único tratado da UA que foi ratificado por todos os Estados Membros.

15. Em conformidade com o Artigo 36º da Carta, o mandato de dois (2) anos dos membros da Comissão que foram eleitos em Julho de 2003 expira em Junho de 2009. Além disso, o mandato da Sra. Zainabu Sylvie Kayitesi, que foi eleita pelo Conselho Executivo em Julho de 2007 por um período de 2 anos para concluir o mandato do Sr. Ould Babana, irá também expirar em Julho de 2009. Importa salientar que estes membros são, contudo, elegíveis para reeleição. Os membros da Comissão em questão são:

- i) Sanji Monageng (Botsuana)
- ii) Bahame Tom Mukirya Nyanduga (Tanzânia)
- iii) Zainabu Sylvie Kayitesi (Ruanda)

16. A Comissão informou ainda os Estados Membros que as eleições de novos membros teriam lugar durante a 15ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, agendada para Junho/Julho de 2009.

17. Portanto, há três (vagas) a serem preenchidas nas próximas eleições.

18. O Artigo 33º da Carta estabelece que os membros da CADHP são eleitos pela Conferência por meio de votação secreta, de entre uma lista de pessoas designadas pelos Estados-Parte. Contudo, após a delegação de poderes, por virtude do artigo 5º(1) do Regulamento Interno do Conselho Executivo, os membros da CADHP serão eleitos pelo Conselho Executivo em Julho de 2009 e nomeados pela Conferência.

19. A Comissão chamou também a atenção dos Estados Membros, entre outros, aos seguintes requisitos para a eleição de membros do CADHP conforme estabelecido na sua Nota Verbal com a referência BC/ OLC/66/1437.09.Vol.VII, datada de 27 de Março de 2009:

- **Artigo 31º (1) da Carta Africana que estabelece a composição e qualificações para adesão, como se segue:**

“A Comissão [dos Direitos Humanos e dos Povos] deve ser composta por onze membros escolhidos de entre as personalidades Africanas de alta reputação, reconhecidos pela sua elevada moralidade, integridade, imparcialidade e competência em matéria de direitos humanos e dos povos; será dada atenção especial a pessoas com experiência na área jurídica.”

- **Artigo 34º da Carta Africana estabelece que:**

“Cada Estado-Parte...não pode designar mais do que dois candidatos. Os candidatos devem ter a nacionalidade de um dos Estados-Parte à presente Carta. Se dois candidatos forem designados por um único Estado, um deles não pode ser um nacional desse Estado.”

20. Neste sentido, os Estados-Parte foram convidados a solicitar que os candidatos apresentassem informações biográficas indicando a experiência jurídica, prática, académica, activista, profissional e outra experiência relevante na área de Direitos Humanos e dos Povos. Esta informação biográfica deve incluir também informação sobre associações políticas e outras pertinentes para determinar questões tanto de elegibilidade como de incompatibilidade. Além disso, os candidatos devem apresentar declarações indicando até que ponto eles satisfazem os critérios de elegibilidade previstos na Carta.

21. Como um guia dos Estados-Parte na interpretação da questão de incompatibilidade ou imparcialidade, a Comissão chamou também a atenção dos Estados Membros em relação ao dispositivo do Comité Consultivo de Juristas sobre a criação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional (actualmente Tribunal Internacional da Justiça (TIJ) que estipula que ***“(A) um membro do governo, um ministro ou vice-secretário do Estado, um director de um ministério, ou um dos seus subordinados, ou o conselheiro jurídico junto de uma representação estrangeira, embora pudessem ser elegíveis para nomeação como árbitros do Tribunal Permanente de Arbitragem de 1899, não são certamente elegíveis para nomeação como juízes do nosso Tribunal”.***

22. Importa recordar os Estados Membros sobre a necessidade de assegurar uma representação do género adequada nas suas nomeações, bem como a importância de reforçar a independência e integridade operacional da CADHP no espírito da Declaração de

Grand Bay de 1999, e da Declaração de Kigali de 8 Maio de 2003. Actualmente, a CADHP continua a enfrentar o problema de independência e compatibilidade de alguns dos seus membros.

23. A Comissão deseja chamar a atenção do Conselho Executivo para a sua última decisão durante as eleições para o Conselho Consultivo sobre Corrupção realizadas em Janeiro de 2009, de que cada região deve ser representada por pelo menos um membro, caso existam os candidatos nas regiões da UA. Importa notar que na actual composição da CADHP, não existem membros das Regiões Norte e Centro de África. Dos quatro candidatos designados, há dois candidatos, sendo um da região Oriental e outro da região Norte de África.

VII. CANDIDATURAS RECEBIDAS

24. A Comissão recebeu as seguintes candidaturas dos Estados Membros para preencher as três (3) vagas disponíveis, para um mandato de seis (6) anos:

25.

	<u>Nome</u>	<u>País</u>	<u>Região</u>
1.	Sr. Mohammed Fayek	Egipto	Norte
2.	Sra. Zainabo Kayitesi	Ruanda	Oriental
3.	Sr. Mohamed Béchir Khalfallah	Tunísia	Norte
4.	Sr. Ahmed Mohamed Omer El Mofti	Sudão	Oriental

ANEXOS: Lista de Candidatos e Currículos Vitae

**LISTA DE CANDIDATURAS A MEMBRO DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS DO
HOMEM E DOS POVOS**

No.	Nome	Género	País	Região
1.	Sr. Ahmed Mohamed Omer EL MOFTI	Masculino	Sudão	Oriental
2.	Sr. Mohammed FAYEK	Masculino	Egipto	Norte
3.	Sra.. Zainabo KAYITESI	Feminino	Ruanda	Oriental
4.	Sr. Mohamed Béchir KHALFALLAH	Masculino	Tunísia	Norte

CURRICULUM VITAE DOS CANDIDATOS

- 1. Sr. AHMED MOHAMED OMER EL MUFTI**

Data: 18 de Abril de 2009

1. Nome: **Ahmed Mohamed Omer El mufti (Dr. Ahmed Elmofti)**
2. Data e Lugar de Nascimento: 01.01.1949, Sudão
3. Qualificações:
 - 3.1 Curso de Boa Governação, no Centro para o Direito Constitucional Europeu (CECL), Atenas, Grécia, Junho-Julho de 2008.
 - 3.2 Curso de Boa Governação (A transparência nas relações entre o cidadão e o Estado e dotação do pessoal do sector público), no Centro para o Direito Constitucional Europeu (CECL), Atenas, Grécia, Janeiro de 2008.
 - 3.3 Curso de Boa Governação, no Centro para o Direito Constitucional Europeu (CECL), Atenas, Grécia, Maio de 2006.
 - 3.4 Curso de Boa Governação, no Centro para o Direito Constitucional Europeu (CECL), Atenas, Grécia, Julho de 2006.
 - 3.5 Certificado em Direitos Humanos, Centro Dinamarquês dos Direitos Humanos, Copenhaga, Dinamarca, Março de 2000.
 - 3.6 Diploma, do Centro das NU para os Direitos Humanos, Genebra, e Centro de Formação Internacional da OIT, Turin-Itália, 1994.
 - 3.7 Doutoramento (em Direito), Universidade de Cartum, em 1990.
 - 3.8 Certificado de Informática e Direito, Kuwait, 1989.
 - 3.9 Certificado de Aluguer de Equipamentos Internacionais, do Instituto de Direito de Desenvolvimento Internacional (IDLI), Roma, Itália, 1984.
 - 3.10 Certificado em Negociações para Acordos Petrolíferos, do Instituto de Direito de Desenvolvimento Internacional (IDLI), Roma, Itália, 1983.
 - 3.11 Mestrado em Direito (LLM), Universidade de Indiana, EUA, 1982.
 - 3.12 Certificado em Direito e Tecnologia, Universidade de Indiana, EUA, 1981.

- 3.13 Certificado em Direito e Ambiente, Universidade de Indiana, EUA, 1981.
- 3.14 Certificado em Direito Internacional, Redacção de Tratados e Legislação, Londres, 1978 – Ministério de Desenvolvimento Ultramarino (ODM).
- 3.15 Certificado de Exame da Profissão de Jurista, 1973.
- 3.16 LLB (hounors) – Bacharelato em Direito, Universidade de Cartum, 1973.

4. Experiência:

1º: Experiência jurídica geral:

- 4.1 Foi nomeado Co-árbitro pelo Tribunal da Câmara Internacional de Comércio, em Paris, numa disputa entre a Firma Sérvia e os Ministérios da Justiça e do Interior da República do Sudão, em 2009.
- 4.2 Sub-secretário, no Ministério da Justiça, 2000 a Janeiro de 2002.

2º: Direitos Humanos:

- 4.3 Em Outubro de 2008, iniciou a preparação do Manual de Formação no campo dos Direitos Humanos e Humanitário para Agentes Policiais.
- 4.4 Participou em inúmeras conferências anuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, inclusive a 97ª Sessão de Maio – Junho de 2008.
- 4.5 Participou nas actividades do Instituto dos Direitos Humanos de Genebra (GIHR), como Palestrante em Genebra, sobre “O Papel das ONGs”, a 12 de Junho de 2008.
- 4.6 Fundador e Presidente do Centro Internacional de Cartum para os Direitos Humanos (KICHR), em 2002, cujo número de membros aumentou para mais de 51.000, com mais de 200 sucursais em todo o País.
- 4.7 Membro do Conselho de Administração da *Global Health Foundation* (Fundação Mundial da Saúde), desde 2002.

- 4.8 Antigo Sub-secretário no Ministério da Justiça do Sudão, 2000-2002.
- 4.9 Membro do Conselho Consultivo sobre os Direitos Humanos, desde 2002.
- 4.10 Presidente do Comité para a Erradicação do Rapto de Mulheres e Crianças (CEAWC), desde 1999. O CEAWC conseguiu identificar e registar, até o presente, 14.000 raptados, dos quais 6.000 foram reunificados com as suas famílias. Este processo realiza-se em conformidade com a Resolução da Comissão das NU sobre os Direitos Humanos, datada de Abril de 1999, relativamente aos direitos humanos no Sudão.
- 4.11 Membro da Comissão Permanente para a Protecção da Liberdade dos Jornalistas, na Federação dos Jornalistas Árabes, no Cairo, 2000.
- 4.12 Membro da Associação Sudanesa de Diálogo Inter-religioso (SIRDA, desde Novembro de 1999.
- 4.13 Antigo Relator do Comité de Coordenação e o Conselho Consultivo para os Direitos Humanos, Sudão, 1992-2000.
- 4.14 Procurador-geral para os Direitos Humanos e Humanitário (Sudão), 1998-2000.
- 4.15 Membro da Delegação sudanesa nas Sessões anuais da Comissão das NU sobre os Direitos Humanos, 1993-2002.
- 4.16 Membro da Delegação sudanesa a Assembleia Geral das NU, 1993-2001.
- 4.17 Membro da Delegação sudanesa as Sessões anuais da Subcomissão sobre a Promoção e a Protecção dos Direitos Humanos, Genebra, 1993-1997.
- 4.18 Membro da Delegação sudanesa a Conferencia Mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena, 1993 e as suas Reuniões preparatórias.
- 4.19 Membro da Delegação sudanesa a Conferencia Mundial Contra o Racismo, África do Sul.

- 4.20 Membro da Delegação sudanesa a Conferencia da Criança, em Wenibeg, Canadá.
- 4.21 Tem experiência comprovada na preparação e discussão de relatórios no seio dos órgãos do Tratado das NU, em particular, relatórios do Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Político, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção sobre os Direitos da Criança.
- 4.22 Chefe da Delegação sudanesa que acompanhou todos os Relatores da Comissão dos Direitos Humanos em visita ao Sudão, 1992-2000.
- 4.23 Membro da Delegação sudanesa a várias actividades regionais alusivas aos Direitos Humanos sob os auspícios da Comissão Africana ou da Organização dos Países Islâmicos.
- 4.24 Examinador Externo para inúmeros cursos de Pós-graduação, Mestrado e Doutoramento em Direitos Humanos.
- 4.25 Palestrante Principal em várias actividades alusivas aos direitos humanos, organizadas por organismos nacionais e internacionais e ONGs, nomeadamente o Instituto de Formação e Reforma Jurídicas, a Judiciária, a Associação dos Advogados, o ACNUDH em Cartum, a Organização Internacional de Ajuda Cívica (CAIO) e a Typa Press.
- 4.26 Instrutor em programas de assistência técnica do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (ACNUDH), em Cartum.
- 4.27 Certificado de Apreço da Vereninging Humanitaire Projection (ONG Internacional) pela participação no ensino e a organização de um curso intitulado “*o Direito Internacional dos Direitos Humanos, para Advogados e Juízes*”, 1998.
- 4.28 Presidente do Comité de Peritos Juristas da IGAD, que efectuou a reestruturação da IGAD.

- 4.29 Promotor do Conselho Mundial de Líderes Religiosos, sendo um resultado da CIMEIRA MUNDIAL DA PAZ DO MILENIO, em Bangucoque, Tailândia.

5. Obras Publicadas:

- 5.1 El Mufti, Ahmed: *“Quadro Jurídico Internacional para o Direito dos Direitos Humanos”*, the Justice Journal, publicado pelo Ministério sudanês da Justiça, ano II, 3ª Edição.
- 5.2 El Mufti, Ahmed: “ Informação Básica sobre os Direitos Humanos”, publicada pelo Instituto de Formação e Reforma Jurídica, Direitos do Autor 54/2001 (em Inglês).
- 5.3 El Mufti, Ahmed: “ Padrões Internacionais e Medidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”, publicada pelo Instituto de Formação e Reforma Jurídica, Direitos do Autor 57/2001 (em Inglês).
- 5.4 El Mufti, Ahmed: “ *Iniciativa para uma Interação Construtiva entre os Padrões Internacionais dos Direitos Humanos e as Religiões*”, publicada pelo Instituto de Formação e Reforma Jurídica, Direitos do Autor 56/2001 (em Inglês).
- 5.5 El Mufti, Ahmed (Dr.): “Instrumentos Básicos dos Direitos Humanos Internacionais”, publicado pela KICHR, Julho de 2002.
- 5.6 El Mufti, Ahmed (Dr.): “ Directrizes sobre a Forma e o Conteúdo dos Relatórios a submeter pelos Estados-parte aos Tratados Internacionais dos Direitos Humanos”, publicado pela KICHR, Agosto de 2002.
- 5.7 El Mufti, Ahmed (Dr.), “ Observações e recomendações gerais adoptadas por Órgãos dos Direitos Humanos”, publicado pela KICHR, Outubro de 2002.
- 5.8 El Mufti, Ahmed (Dr.), “ Referencia Básica sobre os Direitos da Criança”, publicado pela KICHR, Outubro de 2002.
- 5.9 El Mufti, Ahmed (Dr.), “Referencia Básica sobre os Direitos Cívicos e Políticos”, publicado pela KICHR, Novembro de 2002.

- 5.10 El Mufti, Ahmed (Dr.), “Referencia Básica sobre os Direitos da Mulher”, publicado pela KICHR, Novembro de 2002.
- 5.11 El Mufti, Ahmed (Dr.), “ Normas e Práticas Internacionais para o Estabelecimento de Instituições Nacionais para a Promoção e a Protecção dos Direitos Humanos”, Publicado na Revista do Instituto de Formação e Reforma Jurídica (AL-Gistas), 2001.
- 5.12 El Mufti, Ahmed (Dr.), “ SINTESE DO PROGRAMA DE FORMACAO PROFISSIONAL DA ACNUDH- SERIES No. 7 e FACT SHEET No. 7”, publicado pelo KICHR, 2004.

6. Estado Civil:

Casado desde 1982, pai de 6 rapazes e duas meninas.

- 7. **Endereço:** Coftea Building – El Gambouria Avenue – Khartum, Sudan
Area Code 11111. P.O.Box: 10817
Tel.: 002491-83793242-Fax: 002491-83764824.
Celular: 00249912390910
Sito Web: www.KICHR.org –
E-mail: elmufti@kichr.org – kichr@kichr.org

2. Sr. MOHAMMED FAYEK

CURRICULUM VITAE

Nome: Mohamed Fayek

Cargos actuais

- 1- Membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Egipto
- 2- Membro do Conselho de Administração da Organização Árabe dos Direitos Humanos (AOHR), uma organização não governamental que defende os direitos humanos no Mundo Árabe com estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e um acordo de sede com o Governo da República Árabe do Egipto
- 3- Vice-presidente do comité Egípcio de Solidariedade Afro-Asiática
- 4- Membro de diversas ONGs, Egípcias, Africanas, Árabes e Internacionais
- 5- Director-geral e proprietário da “Dar El-Mustaqbal El-Arabi” (uma Editora)

Cargos anteriores

- 1- Membro da Comissão de inquérito sobre Darfur 2004-2005 (Secretário-geral Adjunto das NU)
- 2- Secretário-geral Organização Árabe dos Direitos Humanos de 1986-2008 (um dos Fundadores)
- 3- Ministro da Informação
- 4- Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros
- 5- Ministro da Governação Nacional
- 6- Chefe de Gabinete e consultor do Presidente para assuntos africanos e asiáticos
- 7- Membro eleito do Parlamento egípcio por dois mandatos consecutivos pelo Circulo de “Kasr El-Nil”

Responsabilidades

- 1- Chefe da Delegação do Egipto as Cimeiras da Organização da Unidade Africana (três sessões da Conferência dos Chefes de Estado)
- 2- Representante do Egipto no quarto Comité da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1961 a 1965
- 3- Assistente próximo dos Movimentos Africanos de Libertação na luta pela independência dos Estados Africanos de 1953 a 1971
- 4- Membro fundador do Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos
- 5- Representante do Egipto a várias conferências internacionais e representante especial do Chefe de Estado com missões especiais aos Estados Africanos e Árabes

Publicações

Várias publicações de investigação sobre África e questões ligadas aos direitos humanos. Entre as suas mais importantes publicações estão o livro sobre Abdel-Naser e a Revolução Africana

3. Sr. ZAINABO KAYITESI

CURRICULUM VITAE

A. IDENTIFICAÇÃO

Apelido: **KAYITESI ZAINABO**
Nome: **Sylvie**
Nacionalidade: Ruandesa
Estado civil: Casada, 4 crianças
Data de nascimento: 27/05/1962
Lugar de nascimento: Rwamagana- Província Este
Lugar de residência: REMERVILLE DE KIGALI

B. ESTUDOS

- Bacharelato em Direito na Universidade Nacional do Ruanda
- Licenciatura em Direito na Universidade Nacional do Ruanda

C. LÍNGUAS

Francês : Língua de trabalho
Inglês : Compreendido
Swahili: Compreendido

D. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

I. Na Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos

- Comissária na Comissão Africana dos Direitos do homem e dos Povos. Novembro 2007 a Julho 2009
- Presidente do Grupo de trabalho sobre a pena de morte
- Membro do Grupo de trabalho sobre questões específicas da Comissão
- Membro do Comité de Orçamento e questões administrativas

II. Ao nível das Instituições nacionais dos direitos do Homem

- **Presidente** da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa do Ruanda. Janeiro 2003 até a presente data (com um mandato de 4 anos a partir de Fevereiro de 2009)
Na qualidade de Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa:

Ao nível internacional

Membro do Bureau do Comité Internacional de Coordenação (ICC) para a promoção e protecção dos direitos do Homem (de Outubro 2007 a Outubro 2009)

- Ao nível regional

Presidente da Rede do Comité Internacional dos Direitos do Homem africano (de Outubro de 2007 a Outubro de 2009) e Vice-presidente de Outubro de 2005 a Outubro de 2007

- Ao nível nacional

Membro do Conselho Superior da Magistratura (de 2004 até a presente data)

Membro do Conselho Superior da Ordem dos Advogados (de 2004 até a presente data)

III. No Governo

- Ministra da Função Pública e do Trabalho (Março 2000 a Novembro 2002)
- Secretária de Estado no Ministério das Terras, da Reinstalação e da protecção do Meio ambiente (Fevereiro de 1999 a Março 2000)

IV. No Sistema das Nações Unidas

Oficial de protecção associada no Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (Oficial nacional) (Outubro 1996 – Fevereiro 1999)

V. Técnica Superior

- Coordenadora para os Direitos da Mulher no projecto de revisão legislativa do Ministério do Género, Protecção da Mulher e dos Assuntos Sociais
- Chefe de Divisão a.i protecção Jurídica e Social no mesmo ministério (Março 1996 a Outubro 1996)
- Consultora da acção de formação sobre os direitos do Homem, na Associação para Defesa dos direitos da Criança e da Mulher (Haguruka) (Setembro 1995 a Março 1996)
- Jurista e Advogada da Sociedade PetroRuanda
- Chefe dos Serviços Jurídicos e Contencioso da mesma Sociedade (Março 1994 a Julho 1995)

- Chefe do Pessoal e Responsável do Serviço de Charrua no P.D.A.G (Projecto de Desenvolvimento Agrícola de Gikongoro) (Novembro 1992 a Fevereiro 1994)
- Chefe de Divisão Polícia Administrativa e Judiciária na Prefeitura da cidade de Kigali e Conselheira Jurídica da PVK (Julho 1991 a Agosto 1992)
- Conselheira Jurídica da Central Sindical dos Trabalhadores do Ruanda (CESTRAR) (Julho 1989 a Junho 1991)

VI. Outras experiências

Actriz para promoção e protecção dos direitos do Homem

- Presidente da Associação de Defesa dos direitos da mulher e da criança (Janeiro 1996 a Julho 1999. Nesta qualidade Vice-presidente do Colectivo das Organizações da promoção das mulheres durante ano e meio;
- Conselheira na mesma Associação de Julho 1999 até 2001. em seguida Membro do Conselho dos Sábios da mesma Associação até a presente data

VII. PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS

Participação nos diversos fora internacionais na qualidade de Chefe de Delegação ou de Participantes ou conferencistas para proferir discursos ou fazer exposições relatando essencialmente os elementos relativos aos direitos do Homem, organizados pela OUA (na época) OIT, BIT, OHCHR, HCR, UA, CADHP

VIII. Publicação

- Tese do fim dos estudos universitários
- Relatórios sobre a situação dos direitos da pessoa do Ruanda e sobre diferentes documentos sobre direitos humanos.

Abril 2009
KAYITESI Zainabo Sylvie
(assinatura)

4. Sr. MOHAMED BÉCHIR KHALFALLAH

CURRICULUM VITAE

Identificação

- Nome : **Mohamed Bechir**
- Apelido: KHALFALLAH
- Data e lugar de nascimento: 1 de Setembro de 1935 em Gafsa (Tunísia)
- Nacionalidade : Tunisina
- Estado civil : Casado e sem crianças
- Endereço : 1 rua de Kirovakam 92220 Bagneux França)
- Tel/Fax : 00 331 47 35 22 22
- E.mail : ladhp.ligue-africaine@wanadoo.fr

Estudos – Diplomas

- 1972-1973 : Diplomado TOGE, Técnico em organização e gestão de empresas (IFOCOP-ESSEC)
- 1967-1969 : Diploma da Escola de gestão e de Administração de empresas (Director Sr. RUEFF- Bd Saint German Paris).
- 1961-1962 : Certificado de Estudos Políticos –Ciências-po Paris
- 1961-1962 : Certificado do Instituto das Ciências Sociais do Trabalho, Paris.
- 1960 – 1963 : Diploma do Instituto de Direito Rural e de Economia agrícola, Paris : Memória : «Movimento Cooperativo na Tunísia»

Experiência na sociedade civil

- Em 1964 Secretário-geral e em 1996 Presidente da Liga Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, ONG criada em Março de 1987, tendo adquirido o estatuto de Observador junto da CADHP em 1997
- Participação desde 1997 na quase totalidade das sessões da CADHP na qualidade de Presidente da Liga Africana dos direitos do Homem e dos Povos
- Participação em Conferências e encontros internacionais e regionais (Cimeira social Mundial de Copenhaga, Conferência Euromediterrânico de Barcelona, Primeira Conferência Africana sobre os direitos do Homem (Maurícias 1996), Fórum das ONGs que preparou o encontro Europa-África (Cairo 200).

- 1994- Co-fundador da Organização das Comunidades Árabes e Africanas na Europa (19 Associações representando 19 nacionalidades do continente africano da qual é o Secretário-geral
- 1994 – Co-organizador do primeiro encontro da comunidade magrebina na Europa (300 delegados) sob o alto patrocínio e com a presença da CISA (Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes)
- 1993- Co-fundador do Conselho da Comunidade Magrebina na Europa (Argelinos, Marroquinos, Mauritanianos e Tunisinos) do qual é S. G.
- 1992- Co-organizador do primeiro encontro das Comunidades Árabes e Africanas na Europa (19 Associações representando 19 nacionalidades do continente africano) sob a égide da OUSA (Organização da Unidade Sindical Africana)
- 1989- Adjunto do S. G. da Congregação dos Tunisinos em França, responsável pelas relações exteriores
- 1964- Co-fundador e primeiro Director da Amicale dos Tunisinos em França
- Militante da União Geral dos Estudantes Tunisinos (UGET): Membro do Bureau Regional da Tunísia e Tesoureiro do Bureau da Federação da Europa

Experiência Profissional

- 1974-1990 : Director do Gabinete de Engenharia Económica orientada para a América
- 1965-1973 : Docente

2009

Relatório Sobre A Eleição Dos Membros Da Comissão Africana Dos Direitos Humanos E Dos Povo

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3996>

Downloaded from African Union Common Repository